



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua do Acre nº 80 – sala 604 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 / 2282-8016

E D I T A L
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017
Proc. nº TRF2-EOF-2017/322

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2017/345 de 13.09.2017, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, **do tipo menor preço, mediante o regime de empreitada por preço unitário, para a prestação de serviços comuns de engenharia, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.** realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017, Resolução nº 114/2010 do CNJ e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 15 de dezembro de 2017	Horário (de Brasília): 11:00
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
- Anexo III - Planilhas Orçamentárias Analítica e Sintética;
- Anexo IV – Plantas;
- Anexo V - Modelo planilha BDI;
- Anexo VI - Minuta do Contrato Administrativo.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para execução de serviço de substituição das prumadas de distribuição de água potável que abastecem a torre do sistema de climatização e o prédio Anexo IB deste do Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.



1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - **SLTI, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do site www.comprasnet.gov.br.**

2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 12.120/09, observada, também, a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016;

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/1998.



- 2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentadas deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
 - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total do objeto**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - **Descrição detalhada dos serviços**, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - **Preços unitários e total** (deverão ser cotados com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas), em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme Planilhas Orçamentárias Analítica e Sintética, apresentadas no Anexo III deste edital;
 - 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à **prestação do serviço** deverão estar incluídas no preço proposto.



- 5.6.2 - Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.
- 5.7 - **Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;
- 5.8 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.9 - **Prazo de execução dos serviços** será de, no máximo, 60 (*sessenta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato;
- 5.10- **Prazo de Garantia dos Serviços** será de, no mínimo, 05 (*cinco*) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo, de que trata o item quinze deste edital.
- 5.11 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 a 5.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.12 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail cpl@trf2.jus.br, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682;
- 5.12.1- Os prazos estipulados acima são referenciais. O pregoeiro poderá reduzi-los ou estendê-los, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.13- Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.14 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.15 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos SERVIÇOS no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.
- 5.16 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão.



5.16.1 - O licitante deverá observar o valor máximo da contratação definido na planilha orçamentária, sob pena de desclassificação de sua proposta.

5.17 - Não será admitida, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidade genérica." (Súmula 258-TCU).

5.18 - A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às suas especificações e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

6.2 - O critério de julgamento **será o menor preço global.**

6.3 - Será desclassificada a proposta que:

6.3.1 - Contenha vícios ou ilegalidades;

6.3.2 - Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;

6.3.3 - Estiver em desacordo com quaisquer das exigências do presente edital.

6.3.4 - Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária, elaborada pelo Tribunal e anexa ao Edital.

6.3.5 - Apresentar na composição de seus preços:

6.3.5.1 - Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossível;

6.3.5.2 - Quantitativos de mão de obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;

6.4 - Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;

6.4.1 - Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% do menor dos seguintes valores:



6.4.1.1 - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ou,

6.4.1.2 - Valor orçado pela Administração.

6.4.1.3- Nessa situação será facultado ao licitante o prazo de até 5 (cinco) dias para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do art. 48-II da Lei n.º 8.666/93, sob pena de desclassificação.

6.4.2- Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;

6.4.3 - Os preços serão fixos e irredutíveis.

- 6.5 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.6 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.7 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.8 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.9- O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.10 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 6.11 - O valor máximo aceito será aquele estimado pela Administração.



7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total do objeto**, conforme modelo de planilha, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 7.7.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
 - 7.7.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.



7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

7.10 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.10.1 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO OBJETO**, conforme modelo de planilha, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão;

8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não ter sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar,



quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.

- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o de **MENOR PREÇO TOTAL DO OBJETO**, conforme modelo de planilha, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.

9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014), alterada pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 1821/2014 e nº 1400/2015.

9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.

9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º



da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.

9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA, comprovando a habilitação da licitante para execução dos serviços de engenharia objeto da licitação e seu atual quadro de responsáveis técnicos.

9.5.2 - Indicação do responsável técnico, dentre os arrolados na certidão de que trata o subitem 9.5.1, que será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos.

9.5.3 - **Capacitação técnico-operacional** - Comprovação mediante apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **que ateste que a licitante executou serviço de montagem de tubulação de aço carbono galvanizado, com no mínimo 100 metros, envolvendo serviços de serralheria e pintura industrial.**

9.5.4 - **Capacitação técnico-profissional** - Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Mecânico, reconhecidos pelo CREA/CAU, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT expedidas por esses Conselhos que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos ao subitem 9.5.3.

9.5.5 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

9.5.5.1 O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverá participar da execução do objeto desta licitação.



9.5.5.2- No decorrer da execução dos serviços o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), nos termos do § 10 do art. 30 da Lei nº 8.666/93, por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.5.6 - Para efeito da comprovação da capacitação técnico-operacional não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas;

9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.8 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282-8016 ou para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.8.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região – **Coordenadoria de Licitação-COLICI** - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº 076/17.

9.9 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, **contado da divulgação do resultado da fase de habilitação**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.9, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

9.10 - DA VISTORIA:

9.10.1 - A licitante deverá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes.

9.10.1.1 - A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, no endereço: Rua Acre 80, 11º andar - sala



11.003, Centro – Rio de Janeiro e poderá ser agendada pelo telefone (21) 2282-8222, quando será fornecido o "Certificado de Vistoria".

9.10.2 -Esta Vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa	Valor estimado
02.122.0569.14YQ.3341	085.383	4.4.90.51.91 – obras em andamento; 4.4.90.51.92 – instalações – ITEM 8	R\$ 149.422,41

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "*transparência pública / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento*", e no site: www.comprasnet.gov.br, opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, pelos FAX (21) 2282-8682 ou 2282-8016, ou através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h.
- 11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 11.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, aos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, **na Rua Dom Gerardo nº 46, 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 13.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos



pelo SICAF e da CNDT, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.

- 13.4 - Quando vencedora da licitação não fizer as comprovações referidas no subitem 13.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.7 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.7.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo II do presente Edital, a qual será entregue antes do início dos serviços.
- 13.8 - Na execução do Contrato, a Contratada deverá absorver egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2% (dois por cento), conforme determinação do art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.



14 - DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

14.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada ao Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega da via assinada do Contrato.

14.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

14.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada, conforme previsto na Cláusula Sétima deste Contrato;

14.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

14.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

14.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 14.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, a título de garantia.

14.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 14.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 14.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

14.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.6 - Será considerada extinta a garantia:

14.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia,



acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

14.6.2 - Com a extinção do Contrato.

14.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:

14.7.1 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;

14.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

14.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

14.7.2. Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.7.1.3 e 14.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

14.8 – A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:

15.1 – **Provisoriamente** - imediatamente após a conclusão dos serviços objeto deste Contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais;

15.2 - **Definitivamente** - depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderão exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação, através do atesto da Nota Fiscal;

15.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 16.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a



notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

- 15.5 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 15.6 - Após a assinatura do contrato, será designado servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 15.7 - O aceite/aprovação do(s) serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF2 as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 - O pagamento será efetuado através de medições mensais dos serviços efetivamente prestados, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;
- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br;**
- 16.2.1 - O(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser acompanhado(s) do Relatório Fotográfico com a descrição dos serviços executados constante do item 4.33 do Anexo I, da apresentação do **diário de serviços** atualizado e assinado pelo engenheiro da contratada e pela fiscalização do contrato, da apresentação dos manifestos de destinação de resíduos de construção e dos testes requisitados, que serão condição para viabilizar o atesto e pagamento da fatura de serviços.



16.2.2 - Administração da obra – O pagamento da administração local será proporcional à execução financeira dos serviços;

16.2.3 - O item frete somente será pago mediante comprovação por nota fiscal.

16.3 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.4- As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540/2015 de 05/01/2015;

16.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

16.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

17.1.1. apresentar documentação falsa;

17.1.2. fraudar a execução do contrato;



- 17.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 17.1.4. cometer fraude fiscal;
 - 17.1.5. fizer declaração falsa;
 - 17.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - 17.1.7. não manter a proposta.
- 17.2 - Para os fins do item 17.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 17.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "17.4", "17.5", "17.6", e nas tabelas 1 e 2 do item 6.3 do Anexo I, com as seguintes penalidades:
- 17.3.1. advertência;
 - 17.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;
 - 17.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
 - 17.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
- 17.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.
- 17.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 17.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:
- 17.6.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou
 - 17.6.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.



17.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 17.6.1 e 17.6.2 acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.

17.8 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:

17.8.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.

17.8.2. Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

17.8.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

17.8.4. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

17.9 - A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na **tabela 2** constante do **item 6 do Anexo I**, respeitada a graduação de infrações conforme **tabela 1 do item 6 do Anexo I**.

17.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;

17.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;

17.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.13 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:



- 18.1.1 - Adiar a data da abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "*transparência pública / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento*", e www.comprasnet.gov.br, opção "**visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (*vinete e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 18.1.3 - Alterar, **dando ciência aos interessados**, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 18.2 - **A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;**
- 18.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 18.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 18.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 de novembro de 2017.

Francisco Luís Duarte

Pregoeiro



A N E X O I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/17

Proc. TRF2-EOF-2017/00322

1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de substituição das prumadas de distribuição de água potável que abastecem a torre do sistema de climatização e o prédio Anexo IB deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

SIASG: 1627

1.2 - METAS FÍSICAS A SEREM CONTRATADAS: Substituição de aproximadamente 200 metros de tubulação de aço carbono galvanizado de Ø 2" e Ø 3", possibilitando a distribuição de água potável para abastecimento da torre de refrigeração e ANEXO 1B.

2 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - Furações de laje e parede em concreto armado para passagem e fixação de tubulações.

2.2 - Confeção e fornecimento de suportes para tubulações, em perfis metálicos, conforme desenho técnico.

2.3 – Fornecimento e instalação de novas tubulações, denominadas AFs 4 (2") e 5 (3"), conforme plantas anexas, devendo ser adotado a seguinte metodologia:

2.3.1 - O trecho horizontal das referidas tubulações, sobre a laje do prédio ANEXO IA, do barrilete até a curva de derivação para o trecho vertical, deverá ser substituído integralmente, em uma única etapa, devendo o serviço ser executado em um final de semana, de forma que o abastecimento esteja normalizado no primeiro dia útil subsequente.

2.3.2 - Para o trecho vertical das tubulações, sobre a fachada posterior do prédio ANEXO IA, deverão ser instaladas as novas tubulações, em paralelo as existentes, sem comprometer o abastecimento, com a fixação de novos suportes de perfis metálicos, perfeitamente soldados, em todo percurso, obedecendo ao projeto fornecido conforme, planta anexa. A ligação das novas tubulações a rede hidráulica deverá ocorrer em dias não úteis, sempre preservando o abastecimento normal, no primeiro dia útil subsequente.



2.3.3 - O trecho horizontal, sobre a laje do prédio ANEXO IB, deverá ser substituído até a junta de expansão incluindo estas, concomitantemente com a substituição do trecho horizontal na cobertura do prédio ANEXO 1A. O restante das tubulações horizontais do prédio ANEXO IB poderão ser substituídas por partes ou integralmente em dias não úteis, sempre preservando o abastecimento normal, no primeiro dia útil subsequente.

2.3.4 - A nova linha de distribuição, AF 5 (3"), deverá receber em ponto do seu percurso, válvula redutora de pressão, com eliminador de ar (respiro), na bitola compatível com a tubulação e proporção de redução de pressão de 3:1, conforme representado em planta anexa.

2.4 - As novas linhas serão apoiadas em seus percursos em novos suportes de perfis metálicos perfeitamente soldados, em modelos obedecendo o projeto fornecido. Antes de sua fixação, receberão pintura conforme especificação e serão fixados às paredes através de chumbadores químicos, nas alvenarias da fachada dos fundos do prédio ANEXO 1A.

2.4.1 - Como a parte vertical das tubulações deverá ser implantada em paralelo com a existente, os novos suportes metálicos deverão ser instalados em novas posições, entre os suportes existentes, respeitando as normas em vigor para este tipo de serviço.

2.5 - Antes do desmonte das tubulações, obrigatoriamente, se verificará se a mesma não se encontra em carga e em alimentação de pontos, sendo providenciado previamente sua completa e segura drenagem.

2.6 - As tubulações a serem substituídas, além do observado no parágrafo anterior, somente serão desativadas quando a substituta já estiver montada, instalada, pintada e liberada pelo gestor do contrato para a transferência de operação da linha.

2.7 - Para os serviços a serem realizados na fachada dos fundos do ANEXO 1A, (fixação e retirada de suportes, montagem e desmontagem de tubulações), deverá ser utilizado andaime mecânico suspenso, tendo este as seguintes características: plataforma de 0,80 x 2,00 m ou outra medida que a contratada julgar necessária ao serviço, com sistema de bloqueio antiqueda, cabo trava-quedas independente, cabos de aço galvanizado.

2.7.1 - A Contratada deverá arcar com todo custo do equipamento, incluindo frete e instalação.

2.7.2 - O prédio não dispõe de pontos específicos para fixação do andaime, devendo a Contratada efetuar um estudo prévio, definindo a melhor forma para instalação do equipamento.

2.7.3 - A Contratada deverá realizar relatório fotográfico relatando os danos preexistentes nos brise soleil da fachada, assim como nos telhados existentes na área de influência dos serviços a serem realizados, passando-o para o gestor do Contrato de tal forma a não assumir danos que não sejam causados pela Contratada.



2.7.4 – A Contratada deverá tomar o devido cuidado para não danificar os brise soleil existentes na fachada do prédio ANEXO 1A. A face do andaime que estará em contato com os brises deverá ser revestida com espuma para não danificá-los. A contratada será responsável pelos danos aos brises causados pela execução dos serviços, devendo substituí-los caso os danifique. As telhas canaletas danificadas pela contratada deverão ser substituídas por outra nova.

2.8 - Os empregados da Contratada que trabalharão nos andaimes deverão utilizar cinto de segurança do tipo paraquedista e dotado de dispositivo para conexão em sistema de ancoragem, devidamente preso ao cabo trava-quedas, obedecendo-se obrigatoriamente o uso de equipamentos conforme a NR6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI). O acesso e a saída do andaime serão realizados, sempre, pelo nível inferior do seu curso (laje de cobertura do 11º andar). Na instalação do andaime e durante a sua utilização, as cordoalhas do sistema de pára-raios não deverão ser tensionadas. A contratada deverá seguir à risca as normas de segurança para garantir a integridade de seus empregados e do Tribunal, assim como o patrimônio do deste. A empresa Contratada seguirá estritamente as obrigações contidas na NR 35 - NORMA PARA TRABALHOS EM ALTURA. Antes do início dos trabalhos deve ser efetuada inspeção rotineira de todos os EPI, acessórios e sistemas de ancoragem. Os EPI, acessórios e sistemas de ancoragem que apresentarem defeitos, degradação, deformações ou sofrerem impactos de queda devem ser inutilizados e descartados, exceto quando sua restauração for prevista em normas técnicas nacionais ou, na sua ausência, normas internacionais. Os trabalhadores devem permanecer conectados ao sistema de ancoragem durante todo o período de exposição ao risco de queda.

2.9 - Conforme assinalado em projeto fornecido, na passagem das novas linhas AF's nºs 4 (2") e 5 (3") do Prédio Anexo IA para o IB deverão ser instaladas juntas de expansão metálicas de fole e cano-guia em aço inox, nas bitolas compatíveis com cada tubulação e com flanges giratórios em aço carbono.

2.10 – Somente após o término dos serviços de montagem e instalação das novas linhas AF's nºs 4 e 5 e a transferência de suas respectivas operações, a Contratada poderá iniciar a desmontagem e a retirada dos tubos das linhas verticais desativadas, observando os procedimentos já anteriormente mencionados quanto à retirada de tubulações, que serão rigorosamente amarradas por cabos, conexões e amarras com capacidade suficiente para a devida sustentação das mesmas até a cobertura do Prédio Anexo IB.

2.11 – As tubulações e suportes deverão ser pré-pintados antes da instalação. Os trechos danificados durante a instalação terão a pintura refeita.

2.11.1 - Os tubos de aço galvanizado deverão estar isentos de óleos, graxas, poeiras ou qualquer contaminante que possa comprometer a aderência do sistema de pintura a ser realizado.



2.11.2- A pintura dos novos tubos de aço galvanizado deverá ser realizada com uma demão de primer de aderência **epóxi-isocianato, MARPOXI 2198, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS**, uma demão de tinta de acabamento **epóxi poliamida, MARPOXI FCO 211, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS** e uma demão de **esmalte poliuretano, MARPOLY FCO 751, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS**.

2.11.3 - Os novos suportes, os novos flanges e os suportes antigos (superfícies metálicas sem galvanização) deverão ser lixados mecanicamente antes da aplicação do sistema de pintura especificado.

2.11.4 - A pintura para superfícies de aço carbono sem galvanização deverá seguir o seguinte procedimento:

2.11.5 - Tratamento mecânico da superfície a ser pintada, aplicação de duas demãos de **primer epóxi poliamida, MARPOXI FCO 214, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS**, uma demão de **tinta de acabamento poliuretano, MARPOLY FCO 751, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS**.

2.12 - Deverá a Contratada ainda observar:

2.12.1 - serão seguidas as informações contidas no boletim técnico do fabricante, relativas à aplicabilidade de tinta, preparo da superfície, intervalo mínimo e máximo para repintura, solvente para diluição, assim como quaisquer outras que sejam importantes à qualidade do serviço;

2.12.2 - a temperatura da tinta a ser utilizada esteja entre 16 e 30 °C;

2.12.3 - a temperatura do ambiente onde a pintura será executada deverá estar entre 16 °C e 30 °C. Em temperaturas abaixo de 16 °C e acima de 30 °C, até no máximo 40 °C, poderão ser necessárias técnicas especiais de diluição e de aplicação;

2.12.4 - a temperatura da superfície a ser pintada deverá estar entre 16°C e 30°C, até no máximo 55 °C, podendo, acima dessa última temperatura, ser necessário utilizar técnicas especiais de diluição e de aplicação;

2.12.5 - os limites para umidade do ar serão de 30% a 60%, para evitar condensação. A tinta não deverá ser aplicada em tempo chuvoso, nebuloso ou quando a umidade esteja tão alta que possa causar condensação na superfície. Não deverá ser executada a preparação de superfície e nem a aplicação de tintas quando a umidade relativa do ar for superior a 85%;

2.12.6 - as tintas não serão aplicadas caso a temperatura da superfície não esteja no mínimo 3 °C acima do ponto de orvalho - temperatura na qual a umidade do ar que está na forma de vapor de água se condensa, passando para o estado líquido.

$$\text{Temp. P.O.} = \text{Temp. Amb.} \times \text{U.R.A.},$$

100

onde:

Temp. P.O = Temperatura de ponto de orvalho

Temp. Amb = Temperatura ambiente

U.R.A = Umidade relativa do ar

2.12.7 - para evitar a contaminação química entre as camadas de pintura, a mesma deverá ser completada no menor tempo possível, de acordo com o tempo de secagem de cada camada (atmosfera química);

2.12.8 - será evitada a execução de pintura em ambientes abertos, sempre que a velocidade do vento provoque o acúmulo de sujeira e pó na pintura;

2.12.9 - em inspeção visual da película da tinta, a pintura em cada uma de suas demãos deverá estar isenta das falhas de escorrimento, empolamento, enrugamento, fendilhamento, bolha, cratera, impregnação de abrasivos e/ou materiais estranhos, descascamento, oxidação, inclusão de pelos e poros;

2.12.10 - Serão executados e repassados à Fiscalização os testes de espessura de película seca após cada demão, com auxílio do microteste. Serão efetuadas 5 (cinco) medições de espessura para cada 250 metros lineares de tubulação ou 250 m² de superfície pintada. Em local efetuar 5 (cinco) medições espaçadas de 100 mm e registra-se cada medição encontrada e a média das cinco

2.12.11 - Critérios de aceitação:

A - são aceitas áreas com redução de espessura por demão de até 10 % desde que a área não seja superior a 10% da superfície total;

B - são aceitas áreas com aumento de 30 % da espessura prevista por demão no sistema de pintura;

C - se a redução de espessura for superior a 10 % deve-se aplicar uma demão adicional em toda a área afetada.

D – A Contratada fornecerá a análise deste teste em relatório fotográfico à fiscalização.

2.13 - O controle dos serviços de execução de chumbadores químicos deve ser realizado através das seguintes etapas:

a) 1ª etapa - controle do material

- verificar se descrição do produto corresponde à especificada em projeto;

- Verificar se a embalagem se encontra lacrada e as resinas de fixação estejam dentro do prazo de validade especificado pelo fabricante (chumbadores químicos);

b) 2ª etapa - controle da operação de chumbamento

- verificar se os furos apresentam o diâmetro condizente com o tipo de chumbador a ser instalado, conforme indicações do fabricante;
 - verificar se os furos se encontram limpos, sem resíduos de poeira ou partículas soltas, graxa, óleo ou água;
 - verificar se todas as especificações de instalação recomendadas pelo fabricante foram criteriosamente observadas;
 - verificar se foi observado o tempo de cura do material, no caso de chumbamento químico, antes da aplicação da carga no chumbador;
 - verificar se o tempo limite de aplicação da resina, definido pelo fabricante, não foi excedido antes da instalação do chumbador;
- c) 3a etapa - prova de carga
- executar prova de carga dos componentes instalados.

2.14 – MATERIAIS:

2.14.1 - Tubos:

Tubo de aço carbono ASTM A53 Gr. B, galvanizado, sem costura, schedule 40 – Ø 3", Ø 2", Ø 1";

2.14.2 - conexões: ferro maleável galvanizado, rosca BSP, para pressões máximas de serviço de 25 kgf/cm² (referência Tupy);

2.14.3 - Válvula redutora de pressão vertical 3": rosca BSP, material interno em bronze TM 23, regulação automática, respiro, proporção de redução de pressão de 3:1, pressão máxima de trabalho de 20 kgf/cm² (200mca), 90 °C de temperatura máxima de trabalho. Referência: Magofe, Jogofe;

2.14.4 - Manômetros: standard com enchimento de glicerina, caixa em aço carbono pintado na cor preta, Ø 80 mm, tubo bourdon de tombak, mecanismo de movimento em latão H – L, soquete em latão, rosca BSP de 1/2", posição vertical, conexão inferior, unidade de pressão em kgf/cm², faixa de pressão de 0 a 10 kgf/cm², precisão em 2 % do total da escala, invólucro em IP 65, Ø nominal 80 mm. Referência: Bimetal;

2.14.5 – Registro de gaveta – corpo, cunha e castelo fundidos em liga de bronze, volante em Zamac pintado, haste reforçada em latão, rosca BSP, marca de referência DECA, modelo 1510.HD.200. Diâmetros de Ø 1", Ø 2" e Ø 3";

2.14.6 – Válvula de agulha em latão, rosca BSP de 1/2", marca de referência MIPEL;

2.14.7 – Juntas de expansão axial simples, classe de pressão 150 PSI, metálicas de fole e cano guia em aço inox, nas bitolas compatíveis com cada tubulação (Ø 2" e Ø 3") e com flanges giratórios em aço carbono, furação ANSI B 16.5, marca de referência Dinatécnica;

2.14.8 – Flanges:

2.14.8.1 – Flanges para conexão da tubulação galvanizada às juntas de expansão: aço carbono forjado ASTM A - 105, tipo roscado, rosca BSP, orifício roscado compatível com o diâmetro externo do tubo de aço carbono SCH 40 a ser utilizado, face com ressalto, classe de pressão 150 PSI. Norma de fabricação ANSI B 16.5;

2.14.9 - Juntas para flanges com face de ressalto:

2.14.9.1 – Juntas em papelão hidráulico, espessura 1/16";

2.14.10 - Tintas:

2.14.10.1 – Primer de aderência epóxi isocianato, MARPOXI 2198, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS;

2.14.10.2 – Primer epóxi poliamida, MARPOXI FCO 214, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS;

2.14.10.3 – Tinta de acabamento epóxi poliamida, MARPOXI FCO 211, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS;

2.14.10.4 – Tinta de acabamento poliuretano, MARPOLY FCO 751, MARCA DE REFERÊNCIA MARINE TINTAS;

2.14.11 – Chumbadores;

Chumbadores de adesão química:

- Chumbador químico tipo WQI 44, marca de referência WALSIWA;

- Camisa de injeção FIS H K com mangas de injeção, Ø = 12 mm;

- Haste roscada inox 304, Ø = 10 mm.

2.14.12 - O material para vedação dos tubos e conexões deverá ser do tipo fita teflon e veda junta;

2.14.13 – Parafusos e porcas para os flanges;

2.14.13.1 – Parafusos, ASTM A 325 Ø 5/8", galvanizado x (comprimento de acordo com a peça a ser fixada);

2.14.13.2 – Porca e arruelas em aço ASTM A 194 galvanizado;

2.14.14 – Grampo U Ø da barra igual a 5/16", galvanizado;



3 - FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1 - Os serviços que não interferirem no funcionamento normal do prédio bem como não venham a causar transtornos ou trazer risco à segurança dos servidores e transeuntes, poderão ser executados em horário normal de funcionamento do Tribunal. Caso contrário, deverão ser transferidos para os horários fora do expediente normal Tribunal ou dias não úteis, devendo ser apresentada à **Seção de Fiscalização - SEFISC/NUPRO** a programação de serviços a serem executados, até às 16h do dia em questão, anexando a relação dos funcionários que irão trabalhar, bem como os locais de trabalho e outras solicitações necessárias;

3.2 - Deverá ser apresentado cronograma de obra, com base nas informações acima e no respeitando o prazo máximo para execução.

3.3 - O local da execução do serviço bem como as partes afetadas deverão ser mantidos devidamente limpos;

3.4 - A remoção de entulho, devidamente ensacado, deverá ser efetuada fora do horário de expediente do Tribunal, pelo elevador liberado para carga até o andar térreo, de onde será retirado pela empresa Contratada. A remoção deverá ser efetuada em conformidade com a Lei nº 12.305 de 02/08/2010, que trata da Política Nacional de resíduos Sólidos e a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, alterada pelas Resoluções 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015, que trata das diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de Resíduos da Construção Civil;

3.5 - Deverá ser definido pela **Seção de Fiscalização - SEFISC/NUPRO**, local para guarda de equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais. A Contratada deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no Tribunal, para posterior conferência na saída da Contratada. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente;

3.6 - A Contratada só deverá proceder qualquer alteração na execução ou objeto do serviço com a autorização dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço;

3.7 - As cargas e descargas deverão ser realizadas de segunda à sexta-feira, fora do horário normal de expediente do Tribunal, ou seja, de 07:00 às 11:00 h ou de 19:00 às 11:00 h.

4 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 - Todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos públicos, como aprovações, licenças, aceitações e franquias necessárias aos serviços que contratar serão previamente providenciados e serão de responsabilidade da Contratada, encarregando-se de pagar os emolumentos previstos e observando todos os regulamentos e posturas referentes às obras e segurança pública, bem como, atender ao pagamento de seguros de pessoal e de riscos de



engenharia, despesas decorrentes de leis trabalhistas e impostos que digam respeito diretamente aos serviços contratados;

4.2 - A Contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo CREA, bem como comprovante de pagamento da taxa respectiva, antes do início dos serviços (cf. Resolução 1.025 CONFEA). O responsável técnico constante da referida ART deverá acompanhar os serviços na medida necessária à garantia da qualidade e ao cumprimento do prazo contratual;

4.3 - Caso seja necessária a substituição do responsável técnico durante a vigência do Contrato, a Contratada comunicará, imediatamente e por escrito, ao gestor do contrato, bem como providenciará a apresentação de nova ART;

4.4 - A colocação de placa será de responsabilidade da Contratada, inclusive sua confecção, instalação e gastos relacionados;

4.5 - Relacionar-se com o TRF durante a execução do contrato por intermédio da fiscalização. A contratada só deverá proceder qualquer alteração na execução ou objeto do serviço com a autorização **por escrito** dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço;

4.6 - Elaborar planejamento ao iniciar o contrato, submetendo-o à apreciação da fiscalização antes do início dos serviços. Sendo que este deverá ser composto de pelo menos:

4.6.1- Memorial descritivo da metodologia de trabalho;

4.6.2 - Dimensionamento das equipes de trabalho para possibilitar o cumprimento do prazo contratual;

4.7 - Manter em local designado pela fiscalização um **Diário dos Serviços** para registro do andamento dos serviços, bem como das ocorrências que surgirem na execução dos mesmos, devendo, ainda, mantê-lo diariamente atualizado e assinado pelo PREO (Profissional Responsável pela Execução dos Serviços / Obra);

4.8 - Fornecer à fiscalização, ao início dos serviços, uma relação dos funcionários com a identificação dos mesmos, sendo que a mesma deverá ser atualizada sempre que houver substituição, acréscimo ou diminuição do número de funcionários;

4.9 - Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências deste Tribunal, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos. Ao final dos serviços a contratada deverá entregar os locais onde se desenvolveram os serviços devidamente limpos e recuperados;

4.10 - Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada;



4.11 - Facilitar a inspeção dos materiais e serviços por parte da fiscalização, facultando a esta o acesso aos depósitos ou qualquer outra dependência que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato;

4.12 - Concluído o serviço, a Contratada deverá providenciar a remoção de quaisquer entulhos e/ou detritos acumulados no local, considerando-se o mesmo terminado quando o ambiente estiver completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos, que deverão ser refeitos sem qualquer ônus, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, ou particular, ou mesmo acidentes com pessoas;

4.13 - Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução dos trabalhos, quer com insumos, quer com mão de obra, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes e inspeções técnicas necessárias à aceitação e recebimento dos mesmos;

4.14 - Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização do objeto do presente. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente;

4.15 - Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade e de acordo com os requisitos destas Especificações, sendo vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas;

4.16 - As similaridades, de marcas e características dos materiais a serem empregados, deverão ser comprovadas por meio de certificação fornecida por órgão de controle de qualidade reconhecido;

4.17 - Retirar do local todos os materiais impugnados pela fiscalização;

4.18 - Se as circunstâncias ou as condições locais tornarem aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados na presente especificação, essa substituição só poderá ser efetuada mediante expressa autorização, por escrito, do contratante;

4.19 - A Contratada será responsável pelo transporte horizontal e vertical dos materiais, equipamentos, ferramentas e funcionários necessários à execução dos serviços;

4.20 - Fornecer toda mão de obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada;

4.21 - Manter como profissional responsável pela execução dos serviços aquele cujo currículo/acervo técnico tenha sido apresentado por ocasião da habilitação da empresa no processo de licitação, o qual deverá participar obrigatória e efetivamente da execução da mesma, com acompanhamento diário dos serviços e responder pelos eventuais problemas relativos ao contrato (profissional residente);



4.22 - Eventuais substituições deste profissional só serão aceitas caso o substituto apresente, comprovadamente por documentos, qualificação técnica compatível com a exigida na etapa de qualificação / habilitação da licitação, o qual deverá, uma vez aprovado pela fiscalização, cumprir todas as formalidades legais, inclusive com assunção da responsabilidade técnica perante o CREA;

4.23- Responder, ainda, integral e exclusivamente pela idoneidade e comportamento de seus empregados e subordinados, assim como por todos os serviços em tela, afastando ou substituindo, sempre que exigido pela fiscalização, de forma incontinente, qualquer empregado que seja considerado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento do escopo do contrato ou ao interesse público;

4.24 - Providenciar para que todos os profissionais envolvidos nos serviços referentes tenham seus contratos de trabalho devidamente anotados em CTPS (carteiras de trabalho), exigência esta que deverá ser igualmente respeitada por todos os subempreiteiros eventualmente contratados;

4.25 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no Tribunal, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF, pois que manterão contrato de trabalho com a empresa Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao TRF ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.26 - Permitir que seus empregados, caso venham a trabalhar nas dependências deste Tribunal, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

4.27 - Manter o Tribunal a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato;

4.28 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados;

4.29 - Oferecer na execução dos trabalhos a plena proteção contra riscos de acidentes (incluindo EPI's convencionais e demais materiais de segurança necessários), ao seu próprio pessoal e a terceiros, independente de transferência daqueles riscos às companhias ou institutos seguradores;



4.30 - A contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;

4.31 - A Contratada deverá zelar pela higiene e segurança do seu depósito, banheiro e vestiário, devendo evitar o acúmulo de materiais combustíveis e inflamáveis. A área destinada ao depósito e acúmulo de materiais a serem descartados deverá permanecer limpa e arrumada ao longo da execução dos serviços, assim como o banheiro e vestiário utilizados pela mesma;

4.32 - O contratante poderá paralisar a execução dos serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da contratada, inalterado o prazo contratual;

4.33 – A contratada apresentará relatório fotográfico de todas as etapas do serviço, o qual será condição de atesto da nota fiscal ao término do serviço.

5 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 - Fornecer todas as condições técnicas para o bom andamento dos serviços, tais como, programação de serviços e liberação dos locais de trabalho, inclusive nos finais de semana;

5.2 - Disponibilizar área para guarda de ferramental e armazenamento dos materiais, bem como local para ser usado como vestiário;

5.3 - Disponibilizar área de trabalho, com pontos de energia elétrica trifásicos em 220 V e monofásicos em 127 V para energização de equipamentos;

5.4 - Reservar área no andar térreo para descarregamento e área para armazenamento dos materiais;

5.5 - garantir que o trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na NR 35;

5.6 - assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível;

5.7 - No planejamento do trabalho, devem ser adotadas as medidas abaixo, de acordo com a hierarquia:

5.7.1 - medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução;

5.7.2 - medidas que eliminem o risco de queda dos trabalhadores, na impossibilidade de execução do trabalho de outra forma;



5.7.3 medidas que minimizem as conseqüências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

5.8 - A Análise de Risco, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura, deverá considerar:

5.8.1 - o local em que os serviços serão executados e seu entorno;

5.8.2 - o isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;

5.8.3 - o estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;

5.8.4 - as condições meteorológicas adversas;

5.8.5 - a seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;

5.8.6 - o risco de queda de materiais e ferramentas;

5.8.7 - os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;

5.8.8 - o atendimento aos requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;

5.8.9 - os riscos adicionais;

5.8.10 - as condições impeditivas;

5.8.11 - as situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;

5.8.12 - a necessidade de sistema de comunicação;

5.8.13 - a forma de supervisão.

5.9 - A fiscalização da obra será exercida por engenheiros, civil e mecânico, do quadro do Tribunal Regional Federal da Segunda Região e por servidor, também do quadro, designado para tanto, lotados nos núcleos de projetos, orçamentos e fiscalização de obras - **NUPRO** e manutenção predial - **NUMAN**.

6 - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS

6.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

6.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e Anexos.

- 6.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor prestado na medição
2	1,0% sobre o valor prestado na medição
3	1,5% sobre o valor prestado na medição
4	2,0% sobre o valor prestado na medição
5	3,5% sobre o valor prestado na medição

Tabela 02		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de realizar seus serviços no prazo contratual, sem explicar os motivos	4
2	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas num prazo de 24 horas a contar do envio da mensagem	1
3	Executar serviço incompleto, ou de forma irregular, segundo as normas vigentes	5
4	Fornecer material defeituoso ou fora da especificação	5
5	Fornecer informação falsa de serviço	4



ANEXO II
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076-17

Proc. nº TRF2-EOF2017/00322

_____, **DECLARO**, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() Não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Tenho parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)